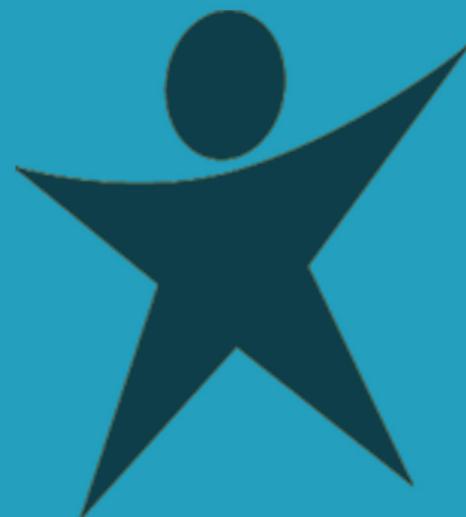




**VENCER A AUSTERIDADE,
ORGANIZAR MILHARES DE JOVENS**

V Conferência Nacional de jovens do Bloco de Esquerda





Vencer a austeridade, organizar milhares de jovens

No momento em que realiza a V Conferência Nacional de Jovens, Portugal vive a mais grave situação económica e social desde o 25 de Abril. A circunstância de termos tido um governo, um presidente e uma maioria de direita acentuou a política de austeridade, em Portugal. A tirania da dívida salvou o sistema financeiro, colo-cando os/as jovens e os/as trabalhadores/as a pagar a crise atacando um a um todos os direitos sociais e constitucionais conquistados em quarenta anos de Democracia.

No caso da juventude, esta ofensiva traduziu-se numa degradação brutal da escola pública, na elitização intensificada do ensino superior, na emigração de milhares de jovens para o estrangeiro, na intensificação do desemprego jovem e na precariedade e no aumento do número de jovens que não estudam nem trabalham. Vencer a austeridade que sufoca quem vive em Portugal e quem teve de emigrar é a prioridade e o maior desafio de todos/as os e as jovens ativistas do Bloco. Organizar a juventude portuguesa é a tarefa que queremos levar em mãos.

Historicamente, os diversos setores da juventude foram um sujeito político imprescindível para a transformação social. Foi assim em Portugal na luta estudantil contra a ditadura e a guerra colonial nos anos 60, pela democratização do ensino depois do 25 de Abril e na luta contra as propinas em Portugal. Foi assim

também em França, num Maio de 68 que exigiu os impossíveis ou no movimento contra o Contrato Primeiro Emprego, em que milhares de jovens saíram à rua contra a precariedade. Foi assim na Grécia, nas lutas estudantis ou na luta contra a violência policial e ainda no Estado Espanhol, na juventude sem futuro que ocupou as praças. Queremos que seja assim também em Portugal. Tentaremos fazer emergir um novo protagonismo social da juventude na luta política. Para isso, precisamos de milhares de pessoas. Não percam tempo!

1. Pela defesa intransigente do ensino Público, Democrático e Universal

Os/as estudantes, sejam eles e elas do ensino básico, secundário ou superior, desempenham hoje um papel fundamental na construção do nosso futuro. As dificuldades que o sistema de ensino tem vindo a sentir são cada vez mais agravadas pelas medidas de austeridade impostas pela Troika e pela maioria PSD/CDS, pondo em causa um dos pilares essenciais do nosso país, a escolaridade gratuita e acessível para todos.

O Ministro da Educação, Nuno Crato, considera que a educação de excelência é aquela que incide somente no Português e na Matemática desprezando e destruindo o ensino multidisciplinar. O ensino artístico não conta

hoje com apoios do estado e está entregue a si próprio, tornando-se impossível gerir escolas e instituições que se vêm obrigadas a fechar portas. A meritocracia, que defende que só os melhores vingarão, desprezando as diversas origens culturais e sócio-económicas dos e das estudantes, está a condenar a nossa geração ao vazio da competitividade a qualquer custo, em nome do desemprego e da precariedade. Compete-se para ter a melhor nota no exame, para ter a melhor média, para conseguir o melhor estágio não remunerado, para conseguir o melhor trabalho precário de 6 meses. Não interessa aprender, explorar a ciência ou pensar criticamente, apenas interessa competir. É um discurso que quer virar estudantes contra trabalhadores/as, desempregados/as contra precários/as, baseado numa espécie de selecção natural óbvia e necessária. O sistema do "somente os/as melhores", do qual os exames são o centro da avaliação, não é necessário nem desejável numa sociedade que se quer orientada para a igualdade, solidariedade, prosperidade e emancipação. Como tal, este sistema de avaliação não só é injusto e intolerante, como não responde às necessidades de aprendizagem dos e das jovens.

As tentativas de governos anteriores de investir e melhorar a educação foram igualmente fracassadas. A parque escolar é um dos mais vivos exemplos disso, contando obras inacabadas ou nem sequer iniciadas, escolas construídas do zero que têm dificuldades em dar aos seus alunos/as as condições e materiais básicos, apesar do enorme investimento, dirigido mais à corrupção no sector da construção civil do que à educação. Problemas como o acesso gratuito aos manuais escolares e outros materiais necessários à aprendizagem dos alunos/as continuam por resolver. Em vez disso, discutem-se e põem-se em prática medidas que têm como único

objectivo aniquilar o ensino público, como é o caso da municipalização do ensino.

À minoria que consegue chegar ao Ensino Superior, resta continuar a competir por uma média superior, em detrimento dos valores de solidariedade, partilha científica e discussão crítica. As universidades são cada vez mais invadidas por bancos, clínicas ou qualquer negócio privado que possa dar lucro às instituições. Para muitos/as estudantes mostra-se inevitável o endividamento para continuar os estudos. A ação social, e as próprias instituições, oferecem cada vez menos respostas a esta situação, desfalçadas que estão pelos sucessivos cortes orçamentais.

Assim, assiste-se atualmente à destruição do sistema de ensino em todas as suas vertentes e níveis. Quanto mais tempo deixarmos a destruição prolongar-se, mais difícil será retomar um sistema de ensino digno, gratuito e que cultive as trocas e as aprendizagens pela vontade do conhecimento. Esta será também uma das tarefas da nova coordenadora de jovens: não desistir do ensino que queremos e com que sonhamos.

2. O direito ao trabalho com direitos

A deterioração das condições de trabalho dos/as jovens acentuou-se nos últimos dois anos. Hoje, quase 3 milhões de pessoas, mais de metade da população ativa, ou não tem emprego com direitos, ou não tem emprego de todo. O programa político do governo PSD/CDS para o emprego é o da generalização do trabalho precário e do subemprego. Os/as jovens são os mais afetados: se 32% da população ativa é precária, esta realidade é ainda mais brutal para os menores de 30 anos, em que metade dos trabalhadores/as têm contratos a prazo.

À falta de uma estratégia de combate ao de-

semprego jovem e à precariedade, tudo conta para mascarar estatísticas. Essas manobras são conhecidas, desde as famosas ações de formação e programas ocupacionais não remunerados, que desem-pregados/as são obrigados a aceitar e que tiram 150 mil pessoas das contas do desemprego, à introdução dos estágios do IEFP que põem o Estado a financiar às empresas força de trabalho precário quase sem direitos. Mas o Estado, que por um lado tinha dado estágios precários e sem direitos, reduz agora a duração destes programas de 12 para 9 meses, roubando assim a estes/as estagiários/as o acesso ao sub-sídio de desemprego. Tudo conta para mascarar estatísticas, prosseguir com a preca-rização e financiar o setor empresarial privado.

O que o país precisa não é de um Estado que incentive o trabalho sem direitos, mas-carando os números do desemprego, mas sim de um que assuma a sua função social de garantir a qualquer cidadão e cidadã o direito ao trabalho com direitos e qualidade. Não desistimos do pleno emprego.

Esta geração sem oportunidades, excluída do mercado de emprego, sem dinheiro para estudar, engrossa os números da emigração, que atinge hoje valores tão altos como na década de sessenta. Perto de meio milhão de portugueses e portuguesas terão abandonado o país desde o início de 2011. Se não virarmos a Europa e esta tendência, daqui a 3 décadas Portugal terá perdido metade da sua população.

3. O Bloco na luta toda

Os últimos anos, marcados pelo avanço da austeridade, retraíram as questões emancipatórias. Contrariando o argumento de que a discussão política sobre a crise deve relegar as lutas feministas e LGBT para último plano

ou para a total invisibilidade, o Bloco tem insistido em propostas de igualdade e transformação: na parentalidade LGBT ou no fim da homofobia nas leis da adoção, no combate ao assédio sexual sobre as mulheres ou no reforço do combate à violência sexista, temos marcado a agenda.

A estagnação da legislação sobre as drogas leves, mantendo-as à margem de qualquer discussão, é uma tentativa de transformar este proibicionismo ideológico numa “não questão”, beneficiando uma visão conservadora de sociedade e mantendo todos os problemas inerentes à questão.

Embora com alguns avanços na sua contestação, a violência policial mantém-se, sobretudo nos bairros mais desfavorecidos. Uma sociedade digna é também uma sociedade na qual não temos medo da polícia ou do que ela nos possa fazer. É uma sociedade na qual podemos andar livremente, sem medo de piropos ou de comentários homofóbicos baseados na nossa aparência. A violência de género, seja ela física, moral ou simbólica, continua demasiado presente no nosso quotidiano, materializando-se, por exemplo, na violência doméstica ou no namoro.

Com o agravar das desigualdades sociais, também se deteriorou a emancipação dos/as jovens. Cada vez é mais difícil o acesso a uma habitação própria e a actividades de lazer, tanto pelos preços proibitivos no acesso à cultura como pelos preços cada vez mais proibitivos como pelo preço incomportável dos transportes.

Consideramos os direitos à habitação, mobilidade e cultura como fundamentais para a emancipação e crescimento de qualquer jovem.

É por estes direitos que o bloco batalhará, sempre.

4. Nove prioridades do Bloco para a juventude

4.1 O papel do ensino secundário

A coordenação de jovens tem de assumir a responsabilidade de recuperar dinâmicas e redes de ativismo no ensino secundário. Apesar da degradação das condições de aprendizagem, da mirrada democracia nas escolas, do perigo da municipalização do ensino, não tivemos, nos últimos dois anos, capacidade para dar continuidade ao trabalho de militância no ensino secundário feito em anos anteriores. Perdemos capacidade de recrutar estudantes, e os plenários de ensino secundário, locais ou no acampamento, esvaziaram-se. É importante recuperar o projeto da campanha para o ensino secundário, produzindo materiais e debates, de forma a criar relações de proximidade com as escolas. Este é um papel que a coordenação nacional de jovens deve articular com os núcleos locais e coordenadoras concelhias e deve ser pensado para escolas e problemas concretos, como por exemplo a falta de professores, o ensino artístico ou políticas falhadas sobre os exames nacionais.

4.2 Revitalizar a luta no Ensino Superior

Sabemos que o ensino superior, nos últimos anos, tem sido pautado por drásticas transformações: desde a instauração de Bolonha e do RJIES, passando pelo aumento das propinas, à falta de apoio da ação social e de bolsas, traduzindo-se num entrave no acesso ao ensino superior até ao desinvestimento do Estado, que se vai acentuando.

O resultado traduz-se num ensino superior menos democrático, mais elitista, com menos estudantes, maior reprodução de desigualdades, mais mecanizado e menos crítico. A praxe é também a prova disto, assumindo

os estudantes uma hierarquia fictícia e sendo humilhados pelos seus colegas. O ensino superior que queremos é o oposto a este: um ensino onde haja solidariedade entre os colegas, sem hierarquias bacocas que apenas servem para a perpetuação de estereótipos e ao qual todos tenham acesso, independentemente da sua origem social, deixando-nos pensar e refletir e ensinando-nos a ser criticamente ativos na sociedade.

4.3 Mobilizar os Bolseiros de Investigação

A investigação científica tem sido das áreas mais afectadas pelas políticas de austeridade, que tentam fazer dos investigadores eternos precários. O ano passado revelou-se catastrófico para este setor. O governo da direita quis cortar as bolsas de investigação e centenas de cientistas ficaram sem qualquer tipo de apoio para desenvolver o seu trabalho. Numa realidade em que 77,8% dos/as investigadores/as nunca tiveram um contrato de trabalho e se vêm forçados a saltar de bolsa em bolsa sem nenhuma garantia laboral nem direitos sociais, é crucial a futura Coordenadora de Jovens estar solidária com os/as investigadores/as. Os e as jovens do Bloco de Esquerda serão um elemento catalisador na mobilização pela luta pelos contratos de trabalho e pelo aumento do financiamento em Investigação e Desenvolvimento, combatendo assim também o flagelo da emigração.

4.4 Lutar pelo Direito ao Emprego e pelo Emprego com direitos

Hoje, são milhares os/as jovens portugueses/as que não conseguem o seu primeiro contrato de trabalho. O desemprego jovem ronda os 40%, um dos maiores da zona euro e da UE. Os estágios não remunerados colocam a vida dos que acabam de estudar em cheque. A essa

triste realidade, juntam-se os falsos recibos verdes, que os sucessivos governos teimam em não combater. O Bloco tem um trabalho intenso no combate à precariedade e desemprego jovem, que vai desde um trabalho no campo, a iniciativas legislativas ou ao trabalho autárquico. A esta coordenadora cabe ter um olhar atento sobre os/as precários/a, os/as jovens sem emprego, desenvolvendo espaços de debate sobre o assunto e ações diretas em Call Centres, Centros de Emprego e Formação Profissional e diversas ações de rua. Tem de se articular com a Comissão Nacional de Trabalho para promover tanto ações diretas para apoiar os jovens precários e desempregados, como para apoiar o trabalho legislativo, levando-o às ruas e locais de trabalho.

4.5 O compromisso com os Direitos LGBTI

Acontece que, ao mesmo tempo que a austeridade aumenta, sob a ideia de que não existe alternativa, aumenta também o conservadorismo. Se a aprovação, em 2011, do casamento LGBT permitiu um avanço, desde então e até agora, temos tido sucessivas derrotas no plano legal. O chumbo do direito à co-adopção e à adoção por casais lgbti, já nesta legislatura, fazem de Portugal um país mais desigual, discriminatório e sufocante para estas famílias. Também este ano vimos o alargamento da procriação medicamente assistida chumbada, o que veta este direito a mulheres lésbicas. Estas discriminações são sustentadas pela ideia de família tradicional e do superior interesse da criança, chavões que apenas servem para mascarar o preconceito homofóbico.

A discriminação vive-se, ainda e sobretudo, no quotidiano. Na escola, no contexto familiar, no local de trabalho ou no espaço público

(seja a rua, o café ou a discoteca), as práticas LGBTfóbicas e sexistas continuam a reproduzir a desigualdade. Cabe por isso à próxima coordenadora de jovens o combate a todas as formas de opressão. A nossa ação política orientar-se-á pela luta anti-homofóbica e feminista. Isso significa compromissos concretos: o tema deve constar dos nossos materiais e encontros, a intervenção nas escolas deve incorporar esta agenda de luta, a nossa ação pública deve ser solidária com os movimentos no terreno e criativa na abordagem à luta anti-sexista e pela liberdade sexual.

4.6 Defender o ambiente e os direitos dos animais

O ano que passou foi marcado pela aprovação da lei que criminaliza os maus tratos a animais de companhia. Esta iniciativa é um passo em frente que veio colmatar várias lacunas do passado, mas ainda muito caminho é necessário percorrer.

Quanto aos animais de companhia, apesar de todas as campanhas contra o abandono dos animais, em que os ativistas do Bloco têm estado presentes, é necessário lutar para que haja melhorias nas condições dos centros de recolha de animais, canis e gatis. Anualmente, é estimado pela Liga Portuguesa dos Direitos dos Animais, o número de 10.000 animais abandonados. É imprescindível que, a par das alterações ao quadro legal, esta coordenadora promova ações de sensibilização contra os maus-tratos.

A acção da próxima coordenadora deverá ser marcada também pela luta contra as touzadas, pois regulamentar a tourada não resolve o problema, apenas o legitima. Devemos fazer ações para sensibilizar a população, em relação aos direitos dos animais não-domésticos.

As alterações climáticas são um problema real que assombra não só milhares de espécies, como milhões de pessoas em todo o mundo. O avanço do mar na nossa costa, que todos os anos leva toneladas de areia, obrigando o governo e as câmaras a investir milhões de euros na sua recuperação tem de ser entendido como um problema resultante das acções humanas no ambiente. As questões ambientais têm de ser levadas tão a sério como quaisquer outras e um plano de acção é necessário e urgente.

A acção da próxima coordenadora deverá ser marcada também pela luta e sensibilização do uso das energias renováveis em Portugal, com especial atenção no Algarve, local onde se regista mais horas de sol, calor e melhores condições climáticas para o efeito todo o ano.

4.7 Recuperar a luta anti-proibicionista e pela legalização das drogas leves

Se as organizações das marchas globais da marijuana deram importante folgo à luta anti-proibicionista, a situação é hoje também de refluxo neste movimento. Este é um resultado da crise e da austeridade. A redução do nível de vida e da capacidade de consumo dos portugueses, a deterioração das condições de trabalho, aliado também à incapacidade de renovação do movimento e de formação de lideranças políticas terão conduzido ao abrandamento deste movimento. As duas últimas MGM's são exemplo desse abrandamento.

Recusando correias de transmissão, é papel dos/as jovens do bloco participarem ativamente nestes movimentos e criarem condições objectivas que alimentem a capacidade de condicionar a agenda política. O apoio à reabilitação deste movimento é um objectivo. E sabemos bem porquê. A guerra às drogas

e o proibicionismo falhou. O consumo desinformado é um problema de saúde pública. O moralismo conservador que sustenta o proibicionismo é responsável pela criminalidade associada às drogas. Fomos responsáveis pela despenalização do consumo em 2001. Numa altura em que a relação de forças pelo mundo fora parece mudar tenuemente, com a legalização de canabinóides em vários estados norte americanos ou no Uruguai, é importante agar-rarmos a onda e voltar a pôr na agenda a legalização das drogas.

4.8 Intensificar a formação política e ideológica

A futura coordenadora de jovens tem também o papel de criar espaços nos quais os/as jovens possam partilhar experiências, discutir abertamente sobre diferentes temas e pensar o mundo. A formação política e ideológica afiguram-se, então, como uma prioridade. Pensar coletivamente textos, visões e ideias é uma forma de proporcionar debates interessantes e de crescermos reflexiva e criticamente. A Coordenadora de Jovens do Bloco compromete-se, então, à dinamização de espaços e atividades, internas ou públicas, capazes de estimular a responsabilização colectiva pela formação de quadros políticos capazes de intervir, mobilizar e organizar na sua vida quotidiana. Perceber como funciona o capitalismo, a história da esquerda anticapitalista, os vários momentos do movimento social e sindical, a troca de experiências de ativismo: uma praxis capaz de envolver e trazer para o Bloco ativistas de todas as esferas de ação política. Esta proposta de formação política deve ser olhada além fronteiras. O internacionalismo é uma marca comum na forma dos militantes e ativistas do Bloco olharem o mundo e imaginarem as transformações sociais. O contacto com outros par-

tidos da esquerda europeia e outros coletivos de jovens da europa e do mundo só pode ser benéfico para pensar o socialismo e a transformação social. Mas a formação política passa também pela sua divulgação, através de diferentes moldes e de uma linha de comunicação e de propaganda dirigida a jovens.

4.9 Um bloco internacionalista e solidário com os povos

Vivemos hoje, na Europa, um momento histórico, no qual a vitória do Syriza na Grécia abalou as instituições europeias. As regras pelas quais se tem regido a comunidade europeia foram pela primeira vez postas em causa e isso significou, para os gregos, a recuperação da esperança e da dignidade do seu povo. Sabemos todos e todas o difícil caminho que o Syriza tem pela frente, porque a relação de forças continua desfavorável a todos os partidos que, como o Bloco, querem defender a soberania dos povos. Os jovens activistas do Bloco sabem que qualquer mudança na Europa passa pela união de forças dos povos e, por isso, queremos fazer a nossa luta com todas e todos os/as jovens que incorporam partidos da esquerda europeia. A futura coordenadora nacional de jovens tem assim a responsabilidade de assegurar a comunicação e partilha com outros partidos da esquerda europeia. Acreditamos que a mudança não se deve limitar ao nosso país e defenderemos, sempre, uma luta internacional!

5. Programa de iniciativas

o Organização do acampamento LIBERDADE

o Organização do Fórum Inconformação

o Criação de um Encontro Nacional de Activistas

o Realização dos encontros de formação "Marxismos da gaveta p'ra fora"

o Organização de iniciativa contra-cultural

o Realização de uma campanha nacional para o Ensino Secundário

Subscritores/as:

Adriana Lemos (Porto)

Alexandra Ribeiro (Porto)

Ana Bárbara Pedrosa (Braga)

Ana Martins (Lisboa)

Ana Rosa (Lisboa)

Anaís Proença (Aveiro)

André Moreira (Vila Real)

André Santos (Aveiro)

António Gil Cucu (Coimbra)

Bruno Pacheco (Porto)

Cláudia Campos (Viana do Castelo)

Carlos DV Matos (Faro)

Cíntia Cardoso (Lisboa)

Diogo Barbosa (Coimbra)

Diogo Campos (Porto)

Fabian Figueiredo (Lisboa)

Francisca Bartilotti (Porto)

Gonçalo Cabral Ferreira (Porto)

Gonçalo Mota (Porto)

Gonçalo Pessa (Lisboa)

Hugo Ferreira (Lisboa)

Inês Bom (Setúbal)

Inês Tavares (Lisboa)

Isabel Miranda (Porto)

Isabel Pires (Lisboa)

Jaquelina Vinagre (Aveiro)

João Cosme (Coimbra)

João Curvêlo (Odivelas)

João Diogo Fernandes (Braga)

João Fidalgo (Almada)

João Mineiro (Lisboa)

João Nuno Paulo (Lisboa)

Leonardo Costa (Porto)
Leonardo Torres (Coimbra)
Leonor Figueiredo (Porto)
Luís Casinhas (Lagos)
Luís Monteiro (Porto)
Luísa Carvalho (Porto)
Luísa Silves Gomes (Porto)
Mafalda Araújo (Porto)
Maria Francisca Ferreira (Viseu)
Mariana Gomes (Lisboa)
Mariana Simões Rego (Porto)
Natacha Baptista (Porto)
Paulo Silva (Porto)
Pedro Alves (Aveiro)
Pedro Craveiro (Porto)
Rafael Boulair (Porto)
Ricardo Cabral Fernandes (Lisboa)
Ricardo Gouveia (Lisboa)
Rui Velho (Lisboa)
Samuel Cardoso (Lisboa)
Sara Santos (Porto)
Sara Schuh (Lisboa)

Lista à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

Efetivos (por ordem alfabética):

1. Cláudia Campos (Viana do Castelo)
2. Diogo Barbosa (Coimbra)
3. Francisca Bartilotti (Porto)
4. Gonçalo Pessa (Lisboa)
5. Inês Bom (Setúbal)
6. Luís Monteiro (Porto)
7. Inês Tavares (Lisboa)
8. Samuel Cardoso (Lisboa)
9. Isabel Pires (Lisboa)

Suplentes:

10. Ricardo Gouveia (Lisboa)
11. Ana Rosa (Lisboa)
12. Pedro Alves (Aveiro)
13. António Gil Cucu (Coimbra)
14. Mariana Gomes (Lisboa)
15. André Moreira (Vila Real)
16. Isabel Miranda (Porto)
17. João Nuno Paulo (Lisboa)
18. Rafael Boulair (Porto)

